



## Educação ambiental e seus desafios: uma abordagem filosófica

*Matheus de Lima Castro Silva, Paulo Henrique Silva Costa*

**Resumo:** A educação ambiental envolve desafios de difícil equalização. Desde a modernidade atribuímos à natureza um papel meramente instrumental. Natureza, neste caso, torna-se sinônimo de recurso e, como tal, deve estar a serviço do homem. Nesse cenário, formar e informar epistemicamente indivíduos sobre o que fazer, assim como orientá-los a terem posições moralmente aceitáveis é, por si só, um grande desafio para a educação ambiental. E soma-se a eles o desafio volitivo, a saber, da livre escolha guiada pela vontade. Nesse artigo argumentaremos que agentes epistêmicos podem ser bem-informados (sabem o que devem fazer) e moralmente bem-intencionados (desejam assumir as ações mais corretas), mas, podem, racionalmente e por vontade própria, escolher agir de modo contrário. Isso ocorre, conforme argumentaremos, por causa do fenômeno da transferência de responsabilidade que estimula a falsa compreensão de que somente ações coletivas devem ser responsabilizadas ambientalmente.

**Palavras-Chave:** Educação ambiental; fenômeno da transferência de responsabilidade; dimensão volitiva

**Abstract:** Environmental education involves challenges that are difficult to overcome. Since modernity, we have attributed a merely instrumental role to nature. Nature, in this case, becomes synonymous with a resource and, as such, must be at the service of man. In this scenario, epistemically empowering and informing individuals about what to do, as well as guiding them to adopt morally acceptable positions, is, in itself, a great challenge for environmental education. And added to these is the volitional challenge, that is, free choice guided by will. In this article, we will argue that epistemic agents can be well-informed (they know what they should do) and morally

well-intentioned (they want to take the most correct actions), but they can, rationally and of their own free will, choose to act in a contrary way. This occurs, as we will argue, because of the phenomenon of the transfer of responsibility, which encourages the false understanding that only collective actions should be held environmentally responsible.

**Keywords:** Environmental education; phenomenon of the transfer of responsibility; volitional dimension

## Introdução

O debate sobre a educação ambiental é relativamente recente, assim como a discussão em torno da questão da consciência ambiental. Desde a conferência mundial sobre o meio ambiente de 1972, em Estocolmo, a preocupação em torno da temática ambiental tem se tornado o centro do debate sobre ecologia, sustentabilidade e futuro ambiental. Segundo Leff (2003), o debate existe porque não se trata de uma mera problemática ecológica e, sim, reflete a existência de uma crise do pensamento e do entendimento, a qual reverbera em práticas coletivamente condenáveis. Essa crise é, sobretudo, permeada pela arbitrariedade das ações humanas, arraigada nas relações tradicionais de dominação e exploração e, mais do que isso, nos valores civilizatórios ocidentais que atribuem à natureza um papel meramente instrumental – herança herdada, sobretudo, pela modernidade e pelo advento da ciência moderna. Tal perspectiva instrumental distancia a sociedade de um correto entendimento do papel ambiental e das responsabilidades humanas enquanto seres conscientes com o mundo.

A tópica da educação ambiental nesse contexto é central, porque visa informar (e formar) as gerações atuais e futuras sobre o papel indispensável que a sustentabilidade ocupa e ocupará no desenvolvimento humano. Além disso, visa também instituir um processo gradual e contínuo de mudança de ações coletivas e individuais sobre comportamentos sustentáveis. Tal preocupação em torno da educação ambiental teve suas primeiras diretrizes estabelecidas apenas em 1977, na primeira conferência sobre o assunto, em Tbilisi, Geórgia, que, dentre outros fatores, determinou a interdisciplinaridade como norte para as ações ambientais (Dimas; Novaes; Avelar, 2021). No entanto, quase 50 anos depois, a questão dos desafios inerentes à educação ambiental ainda persiste e, em alguns casos, com poucos avanços.

Nesse sentido, partindo de uma abordagem filosófica acerca de tais problemas, argumentaremos que a educação ambiental é desafiadora porque envolve, pelo menos, três dimensões: *dimensão epistêmica*, *dimensão da moralidade* e *dimensão volitiva*. Argumentaremos que é possível agentes racionais serem epistemicamente bem-informados e moralmente bem-intencionados, mas, mesmo assim, escolherem, por vontade própria e de forma intencional, não agir corretamente da perspectiva

da ação ambiental. Para explicar como isso poderia ocorrer, iremos defender a existência do *fenômeno da transferência de responsabilidade individual*. Nele, agentes conscientes escolhem, por vontade própria, agir de forma não sustentável. Neste caso, é atribuída a responsabilidade dos impactos ambientais às ações coletivas, e não às ações individuais.

Sendo assim, na primeira seção iremos explorar o desafio epistêmico e da moralidade que envolve a educação ambiental. Na segunda seção iremos tratar do desafio volitivo, apresentando o problema da escolha. Por fim, na terceira seção mostraremos os dados colhidos que contribuem para a introdução do fenômeno da transferência de responsabilidade individual.

### **Educação Ambiental: Desafio epistêmico e moral**

A educação ambiental envolve desafios porque reflete, pelo menos, três dimensões distintas das ações humanas, a saber, a dimensão epistêmica, moral e volitiva. A dimensão epistêmica descreve, essencialmente, o acesso à informação, sendo a frente de atuação mais comum da educação ambiental em diversos casos. Nela, encontra-se a instrução sobre os impactos, consequências e adversidades ambientais que se fazem presentes em nosso mundo, fornecendo uma noção básica, por assim dizer, de um guia de conduta ambiental, sobretudo informando sobre quais práticas devem ser assumidas.

Segundo Rolla (2018), as crenças epistêmicas estão baseadas em três propriedades: crença, verdade e justificação, que se relacionam entre si para que um conhecimento verdadeiro seja produzido sobre o mundo. Para que essas crenças verdadeiras existam é necessário justificá-las racionalmente, seja por meio de justificações empíricas (como é o caso da correspondência com o mundo real e seus fatos e eventos) ou por meio de coerência entre enunciados (como é o caso de justificações teóricas e formais). A verdade, nesse sentido, é uma propriedade de proposições que, ao descreverem corretamente o mundo, anunciam uma *crença verdadeira e justificada*. A educação ambiental na dimensão epistêmica se compromete, portanto, com a verdade objetiva e justificação racional para que uma crença verdadeira e justificada seja formada como norte para as ações ambientais. É assim que qualquer enunciado da ciência, a exemplo daqueles que descrevem as consequências do aquecimento global, se baseia. Trata-se de enunciados que apresentam uma crença verdadeira e justificada que pretendem formar (e informar) o que deve ser feito (*saber o que fazer*), da perspectiva epistêmica.

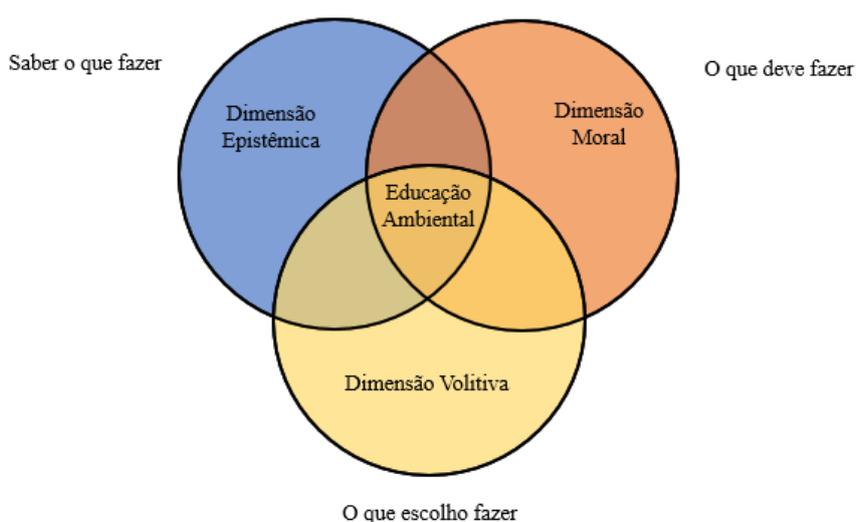
Subjacentemente a ela, há a dimensão moral que se encarrega de fornecer as bases morais para as ações ambientais, atribuindo valor àquelas medidas tomadas, de acordo com a busca pelo bem-

comum e individual. Nela, se ultrapassa a consciência meramente informacional e individual, e se adentra no âmbito do *que deve ser feito*, de modo essencialmente coletivo.

Hans Jonas (2006) analisa essas bases morais a partir da ética da responsabilidade, que foca nas consequências de nossas ações para as gerações futuras, aspecto fundamental na educação ambiental. Ele propõe um novo imperativo categórico, baseado no *princípio responsabilidade*, que considera correta a ação compatível com a manutenção da vida humana, mas sua aplicação prática é desafiadora. Um exemplo dos desafios de um imperativo categórico é: não devo mentir, e não devo, racionalmente, deixar alguém morrer; logo, devo mentir para salvar a vida de alguém?

A tomada de posições corretas ambientalmente, no âmbito da moralidade, nesse caso, é potencializada pela geração de crenças epistêmicas justificadas verdadeiras pela educação no campo epistêmico. Se a ação é baseada em crenças epistêmicas falsas, o agente é responsável por elas, assim como é responsável por crer sem evidências naquilo que assume, por si próprio, como verdadeiro.

Já a dimensão volitiva é o entrave mais significativo para a educação ambiental, pois, trata da capacidade de agentes racionais e morais de fazerem escolhas (e, neste caso, escolhas certas). Isso ocorre porque os seres humanos são, em grande medida, influenciados por uma característica essencialmente indescritível e amorfa, a saber, *a vontade*. A dimensão volitiva, como argumentaremos à frente, envolve escolhas individuais e, sobretudo, a capacidade de fazê-las; o que torna o desafio volitivo mais complexo diante aos demais. O quadro abaixo exemplifica o que foi tratado.



**Quadro 1:** Esquema das dimensões da educação ambiental (Fonte: Autor)

## **Educação Ambiental: Desafio volitivo**

A dimensão volitiva ou da vontade, característica das escolhas humanas, pode ser entendida pelo menos de duas maneiras: no âmbito coletivo e no âmbito individual. Essa distinção nos permite entender os impactos das ações ambientais e do alcance da educação ambiental. Por ações coletivas podem ser consideradas aquelas concentradas, sobretudo, em órgãos ou instituições sociais de quaisquer naturezas, tais como órgãos regulatórios, empresas ou organizações que alteram, seja pelo convívio social, seja por ações coercitivas, o lugar humano no mundo, em especial, do aspecto comportamental. Em outras palavras, são ações deliberativas, ou seja, há um acordo entre pares para que se tome uma posição determinada.

Nesse sentido, por serem estabelecidas por instituições, as ações coletivas ao serem deliberativas têm por detrás delas um imperativo. Ações devem ser feitas porque foram estabelecidas. A coleta de reciclados, por exemplo, uma vez implementada em um município, orienta de modo normativo a adoção de um comportamento coletivo. Ações coletivas, da perspectiva sustentável, tendem a ser deliberativas no âmbito das instituições. Mas, isso não impede que ações individuais contrárias possam ser tomadas. Pelo contrário, via de regra, elas são tomadas. A questão é por qual motivo isso ocorre?

As ações individuais, por outro lado, são aquelas condicionadas pelos comportamentos individuais tomados sob o âmbito do indivíduo *per se* (por si próprio). Essa dimensão é frequentemente negligenciada dentro do debate sobre educação ambiental. Contudo, conforme argumentaremos, o fator limitante da consciência ambiental e, por extensão, da educação ambiental, é justamente o individual, uma vez que todo coletivo é constituído de indivíduos que, direta ou indiretamente, contribuem para a criação do “todo”. Isso se agrava à medida que a volição pode contradizer a esfera epistêmica e moral. Um agente racional pode, em diferentes situações, ser bem-informado ambientalmente (saber o que deve ser feito), pode estar disposto a agir corretamente (da perspectiva das ações moralmente desejáveis) e, mesmo assim, por opção própria e de modo intencional, escolher agir de maneira contrária. Isso ocorre, sobretudo, por causa do fenômeno de transferência de responsabilidade que explicaremos na seção seguinte.

É nesse sentido que surge o problema da escolha. Se a consciência ambiental passa pelo crivo da escolha, ou do querer fazer, como então pode se dar a educação ambiental? Em primeira análise, parece não ser possível, já que essa dimensão não é ordenada e sim imprevisível.

Schopenhauer (2005) define a vontade como uma força essencial e incontrolável do ser humano, descrita como “cega e irracional” e cujo fim último é a satisfação. A razão, nesse contexto, não controla a vontade, mas atua como sua ferramenta, guiada pela busca da autopreservação. Essa

perspectiva torna a mudança de postura, no âmbito que estudamos, um desafio para a educação ambiental, já que, conforme o autor, apenas a negação da vontade poderia alterar essa predisposição, algo que não pode ser alcançado simplesmente pela instrução.

Sendo assim, para fomentar essa mudança de postura, Hans Jonas (2006) introduz a *heurística do medo*, uma cautela racional que impulsiona ações ambientalmente responsáveis ao se ter “medo” das consequências futuras. Esse procedimento mental, relacionado com a prudência, permite antecipar e manejar ameaças, incentivando decisões cuidadosas especialmente no que tange às tecnologias de grande impacto. Esse “medo” pode, diante de determinados fenômenos, enfraquecer ou alterar a vontade, de certo modo.

### **Fenômeno da Transferência de Responsabilidade**

Nesse cenário em que a educação ambiental é tão difícil de se concretizar, buscaremos identificar o comportamento de indivíduos e grupos em relação às ações que possam gerar impactos ambientais, e principalmente investigar a possibilidade da mudança de postura em relação aos impactos ambientais.

Para isso, foi proposto um formulário eletrônico, aplicado via *Google Forms* à comunidade acadêmica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Campus Varginha (CEFET-MG). O formulário foi composto de diversas questões de múltipla escolha, divididas em blocos temáticos que refletem ações ou situações nas quais há impactos ambientais, havendo então a possibilidade de percepção sobre a tendência de comportamento em indivíduos e grupos. Os itens são descritos na Tabela 1, em conjunto com suas alternativas e o bloco temático ao qual pertence.

**Tabela 1** - Formulário eletrônico proposto

<b>Bloco Temático</b>	<b>Item</b>	<b>Alternativas</b>
<b>Mobilidade Urbana</b>	1. Supondo que você vá comprar um carro novo. Dentre as opções há um modelo tradicional (a combustão), e um modelo elétrico, cujo valor é cerca de 15% a mais se comparado ao modelo tradicional. Você preferiria o carro elétrico ou o tradicional?	(1) Compraria o carro tradicional; (2) Compraria o carro elétrico.

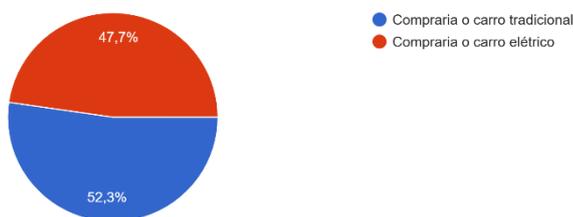
	2. Você deixaria de ir ao CEFET-MG de ônibus para ir de bicicleta, tendo em vista os impactos ambientais causados por esse meio de transporte?	(1) Sim; (2) Não, é muito longe; (3) Não, é desconfortável / cansativo; (4) Não, apenas.
<b>Ações do Cotidiano</b>	3. Suponha que você precise descartar um resíduo que pode ser reciclado, e que você está ao lado de uma lixeira comum, no entanto, a destinada aos reciclados está distante. Nesse caso, você jogaria seu lixo na lixeira comum ou iria até a de recicláveis para descartar lá?	(1) Jogaria na lixeira comum; (2) Iria até a de recicláveis e jogaria lá.
	4. Em uma situação em que um amigo seu estiver jogando o lixo em local inadequado, você tentaria conversar com ele para dissuadi-lo e o convencer a descartar no local correto?	(1) Tentaria convencê-lo; (2) Não tentaria.
	5. E se fosse um desconhecido?	(1) Tentaria convencê-lo; (2) Não tentaria.
<b>Econômico e Ambiental</b>	6. Supondo que na frente de sua casa tenha uma árvore antiga e de grande porte. Ela tem perdido muitas folhas, sujando sua calçada; além disso, tem se enroscado nos fios do poste. Em razão disso, você a cortaria?	(1) Sim, é claro; (2) Não, é preciso mantê-la.
	7. Supondo que no seu bairro haverá um mutirão de limpeza para recolher lixo, entulhos e outras atividades. Você estaria	(1) Sim, é claro; (2) Não, é função da

	disposto a participar?	prefeitura.
<b>Geral</b>	8. Suponha que você seja um produtor rural, e que utilize agrotóxicos em sua lavoura. Posteriormente, descobre-se que esses produtos acabam escoando para um córrego captado pela concessionária de água em sua cidade. Sabendo que a lavoura sem os agrotóxicos gerará uma queda no lucro de 35%, você pararia de usá-los?	(1) Sim, é claro; (2) Não, o prejuízo seria muito grande.
	9. Caso você presenciasse e visse os impactos ambientais negativos que suas ações causam, você mudaria seu comportamento?	(1) Não; (2) Apenas momentaneamente; (3) Sim, definitivamente.
	10. Para você, de quem é a responsabilidade pelos impactos ambientais?	(1) Atos individuais dos seres humanos; (2) A sociedade, de modo geral; (3) O sistema econômico/político.

A redação dos itens levou em consideração cenários hipotéticos em que é necessária a tomada de decisão no âmbito individual, tendo em vista o fator ambiental. Além disso, sua linguagem foi simplificada, abrangendo situações factíveis e condizentes com a realidade do público. Particularmente, foi trabalhada a contraposição entre o âmbito coletivo e o individual na responsabilidade pelos impactos ambientais, a fim de analisar a partir de que ponto eles começam a se confundir. Vale salientar que o objetivo principal não foi a análise estatística dos cenários, mas sim a obtenção de referencial qualitativo para subsídio da análise filosófica realizada. Os resultados obtidos podem ser visualizados nas Figuras 1 a 10.

### Figura 1 - Respostas ao item 1

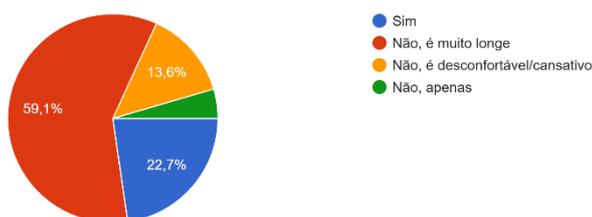
1. Supondo que você vá comprar um carro novo. Dentre as opções há um modelo tradicional (a combustão), e um modelo elétrico, cujo valor é cerca.... Você preferiria o carro elétrico ou o tradicional?  
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 2 - Respostas ao item 2

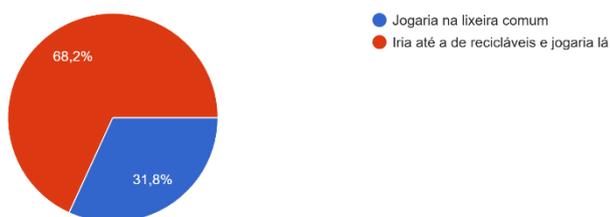
2. Você deixaria de ir ao CEFET-MG de ônibus para ir de bicicleta, tendo em vista os impactos ambientais causados por esse meio de transporte?  
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 3 - Respostas ao item 3

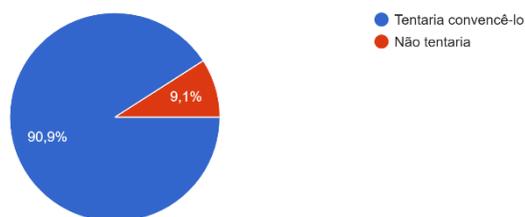
3. Suponha que você precise descartar um resíduo que pode ser reciclado, e que você está ao lado de uma lixeira comum, no entanto, a destinada aos r...um ou iria até a de recicláveis para descartar lá?  
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 4 - Respostas ao item 4

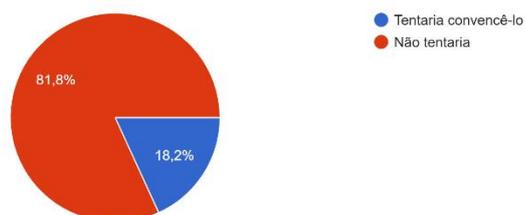
4. Em uma situação em que um amigo seu estiver jogando o lixo em local inadequado, você tentaria conversar com ele para dissuadi-lo e o convencer a descartar no local correto?  
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 5 - Respostas ao item 5

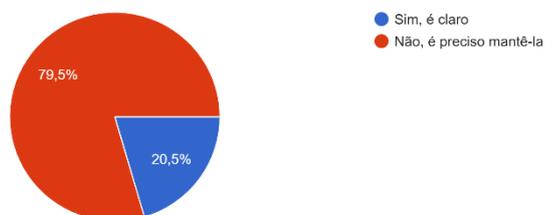
5. E se fosse um desconhecido?  
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 6 - Respostas ao item 6

6. Supondo que na frente de sua casa tenha uma árvore antiga e de grande porte. Ela tem perdido muitas folhas, sujando sua calçada; além disso, te...os fios do poste. Em razão disso, você a cortaria?  
44 respostas

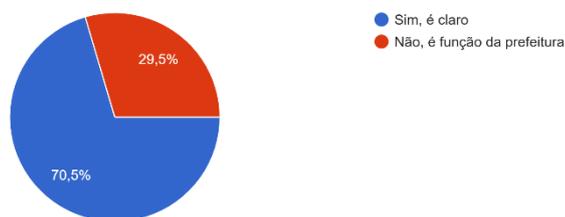


Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 7 - Respostas ao item 7

7. Supondo que no seu bairro haverá um mutirão de limpeza para recolher lixo, entulhos e outras atividades. Você estaria disposto a participar?

44 respostas

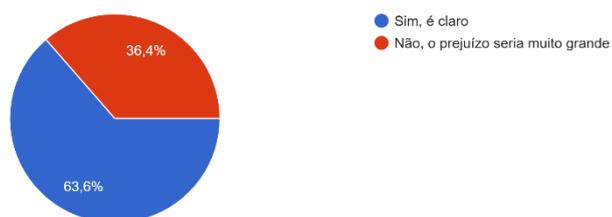


Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 8 - Respostas ao item 8

8. Suponha que você seja um produtor rural, e que utilize agrotóxicos em sua lavoura. Posteriormente, descobre-se que esses produtos ac... queda no lucro de 35%, você pararia de usá-los?

44 respostas

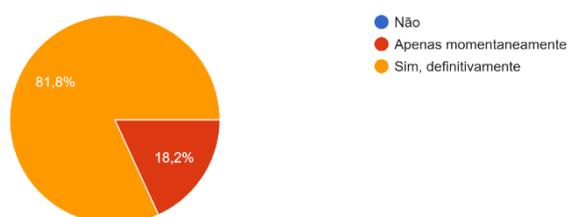


Fonte: Elaboração Própria.

### Figura 9 - Respostas ao item 9

9. Caso você presenciasse e visse os impactos ambientais negativos que suas ações causam, você mudaria seu comportamento?

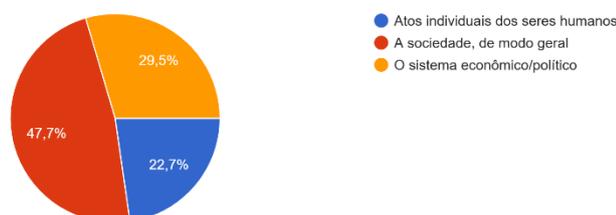
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

## Figura 10 - Respostas ao item 10

10. Para você, de quem é a responsabilidade pelos impactos ambientais?  
44 respostas



Fonte: Elaboração Própria.

Serão adotadas, neste artigo, as análises gerais das respostas, uma vez que fenômenos particulares não são o foco da pesquisa. Em primeiro ponto, cabe destacar a variada complexidade das perguntas, além das dimensões nelas envolvidas, ou seja, o fator econômico, o esforço, a conveniência e o conforto, o conhecimento dos impactos, etc. Como o formulário trata de ações hipotéticas, as respostas não devem ser consideradas, necessariamente, como condizentes, em todos os casos, com as ações que seriam de fato tomadas pelos indivíduos.

Diante disso, dois pontos saltam à atenção, por passarem por todos os itens. *O primeiro é a tendência dos indivíduos em situações cotidianas (mais simples) tomarem decisões menos ambientalmente impactantes, enquanto em situações mais complexas, em que se envolvem questões sociais, financeiras ou de conveniência/conforto, o quadro muda de figura.* Tal conclusão fica evidente na contraposição entre os contextos que não envolvem consideráveis prejuízos ao indivíduo por ter um posicionamento ambientalmente responsável, sendo apenas uma questão de pura escolha (como, por exemplo, as dos itens 4 e 7), e aqueles em que está envolvido algum fator socialmente constituído e individualmente incorporado como de maior nível de prioridade (como, por exemplo, as dos itens 6 e 8).

Paradoxalmente, os fatores considerados frequentemente não são racionais e não representam, de fato, um grande prejuízo ao agente. É nesse contexto que fica evidente a inerente irracionalidade e imprevisibilidade da ação humana quando se trata das questões ambientais, especialmente a dimensão volitiva descrita na seção “Educação Ambiental: Desafio volitivo”, que dificulta a educação ambiental.

O segundo, e o ponto central que foi trabalhado na pesquisa, é a atribuição da responsabilidade dos impactos ambientais ao âmbito coletivo, e não ao individual, seja diretamente, pelo item 10, seja

por mecanismos indiretos empregados, por exemplo, nos itens 4, 5 e 7 ou demais que revelam pelas respostas uma dispensa do papel atuante do indivíduo nas ações ambientais. Ao se desassociar da responsabilidade pela mudança de postura e da realidade ambiental, uma espécie de “limbo de responsabilidade”, é criado pela negação tanto por parte dos indivíduos quanto das organizações coletivas socialmente constituídas. Essa predisposição, mais que um evento pontual, revela um fenômeno que dificulta significativamente o processo de educação ambiental. O fenômeno da transferência de responsabilidade individual é agravado ainda mais com a percepção do fato de que o modelo de educação ambiental empregado atualmente consegue, em maior ou menor medida, implementar a educação das dimensões ética e epistêmica. Mesmo assim, os indivíduos praticam atos de modo não ecológico racionalmente e com consciência dos impactos, uma compreensão de extrema relevância para aprimoramento do modelo, uma vez que os indivíduos, com intenção, transferem sua responsabilidade para o coletivo, e é esse um dos maiores desafios a serem enfrentados.

### **Considerações Finais**

Diante de tudo isso, é possível afirmar que a educação ambiental enfrenta desafios que não são meramente epistêmicos ou morais, mas que, sobretudo, encontram sua maior dificuldade na dimensão volitiva. Observou-se que, embora a educação ambiental consiga, de certo modo, fornecer informações corretas (dimensão epistêmica) e fomentar noções de dever e responsabilidade (dimensão moral), isso não garante que indivíduos escolham, de fato, agir de forma ambientalmente responsável. A dimensão volitiva evidencia que saber o que deve ser feito e reconhecer moralmente a importância disso não necessariamente leva à ação correta.

Diante dessa análise filosófica, percebe-se que o problema não é trivial. A condição humana e o modo como a vontade se impõe sobre a razão são fatores determinantes. Como aponta Schopenhauer, a vontade é uma força cega e irracional, levando o sujeito, muitas vezes, à satisfação imediata e à conveniência. Essa compreensão contribui para que indivíduos informados e conscientes sigam, por escolha própria, praticando ações ambientalmente prejudiciais. Para conter isso, Hans Jonas propõe a heurística do medo, um princípio racional de prudência que permite antecipar os riscos, e assim alterar, em maior ou menor medida, a vontade diante de determinados fenômenos relacionados à sustentabilidade.

O fenômeno da transferência de responsabilidade ressalta ainda mais a dificuldade da educação ambiental. Nele, os agentes, mesmo conscientes dos impactos de suas ações, optam por delegar ao coletivo (à sociedade, às instituições ou ao sistema econômico) a responsabilidade pelas mudanças

requeridas. Tal postura gera um limbo de responsabilidade, em que nem o coletivo nem o indivíduo se reconhecem como protagonistas da transformação ambiental.

Por fim, é por conta dessa dinâmica, ligada à intrincada relação entre saber, reconhecer e querer fazer, que a educação ambiental se apresenta como um enorme desafio. Afinal, ela precisa não apenas informar e sensibilizar, mas deve também superar o fenômeno da transferência de responsabilidade individual e atuar sobre o problema da escolha a fim de se tornar um processo eficiente.

## Referências

CLIFFORD, W. K. A ética da crença. In: MURCHO, Desidério (ed). *A ética da crença*. Lisboa: Editora Bizâncio, 2010, p. 97-136

DIMAS, M. de S. D.; NOVAES, A. M. P.; AVELAR, K. E. S. O Ensino da Educação Ambiental: Desafios e Perspectivas. *Revbea*, São Paulo, V. 16, N. 2: p. 501-512, 2021.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LEFF, E. *A complexidade ambiental*. Porto Alegre: Cortez, 2003.

ROLLA, Giovanni. *Epistemologia: Uma Introdução Elementar*. Editora Fi: Porto Alegre, 2018.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

*Autores:*

*Matheus de Lima Castro Silva*

*Graduando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).*

*LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/0671829970028836>>.*

*Paulo Henrique Silva Costa*

*Doutor em Filosofia e Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).*

*ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4389-6893>>.*

*LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/6831225432471660>>.*